

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ARTES VISUAIS LICENCIATURA**

GUSTAVO MARCOS FERNANDES

CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA

CRICIÚMA

2023

GUSTAVO MARCOS FERNANDES

CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Silemar Maria de Medeiros da Silva

CRICIÚMA

2023

GUSTAVO MARCOS FERNANDES

CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação em Arte.

Criciúma, 24 de novembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Silemar Maria de Medeiros da Silva - Mestrado - (UNESC) - Orientadora

Prof^a Juliana Pereira Guimarães - Mestrado - (UNESC)

Prof^a Violeta Adelita Ribeiro Sutili - Mestrado (UFRGS)

Dedico este trabalho a minha avó materna. Seu modo de ver o mundo me incentivou a crescer e cultivar o sentimento de afetividade e fé nas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aqueles que não estão mais aqui, mas que fazem parte de quem sou hoje. Aquela que inspirou a minha paixão pela arte do Cinema Nacional, minha amiga, e minha avó materna, Maria de Lourdes Fidelix Marcos. Essa mulher transformou a minha vida, ter a honra de ser o seu neto foi sem dúvidas o melhor presente que eu poderia ter ganho, e só quem teve a dádiva de conhecer e dividir o mesmo espaço/tempo com ela, compreenderá tal presente. Agradeço também aquele que desde o início incentivou-me a ser um estudante, pesquisador, e a estar no espaço acadêmico quando eu ainda não me via neste lugar. Para você Pedro Gustavo Fernandes, que enxergou em mim o que eu não era capaz de enxergar: potencial, meu sincero obrigado pai. Seu sorriso e a sua generosidade estarão para sempre marcados em mim. E para os que estão aqui e me acompanham nesta linda caminhada pela graduação no curso de Artes Visuais Licenciatura da Unesc, agradeço infinitamente aos meus colegas de curso, onde encontro sempre uma identificação e amizade sem precedentes, uma turma de futuros professores de Artes apaixonados e engajados pela docência. Aos meus professores da graduação que tornaram-se minha grande inspiração enquanto futuro professor, revelando-se grandes profissionais ao longo do curso, a eles a minha gratidão. Em especial a minha professora orientadora Silemar Maria de Medeiros da Silva, que me ensinou que ser professor é estar disposto a pesquisa, a leitura, a sempre buscar o melhor de si, ensinou-me que ser um bom profissional não se resume exclusivamente a conclusão do curso, mas a dar continuidade na sua formação, ser sempre um pesquisador. E que a linguagem da afetividade deve estar presente na construção da relação professor/aluno. Agradeço às professoras que também fizeram parte do meu percurso formativo, e que recebo com muita honra como banca examinadora deste trabalho de pesquisa, Juliana Pereira Guimarães e Violeta Adelita Ribeiro Sutili. Agradeço aos que estiveram pacientes, gentis e sempre solícitos ao meu lado neste processo, meu parceiro Jackson Goulart do Nascimento, meus irmãos Marcos Gabriel Fernandes e Maicon Marcos Fernandes, meu padrasto Otair Fortunato e por último, agradeço a minha mãe e melhor amiga, Maria Aparecida Marcos Fernandes, da qual sempre encontro conforto nos dias mais difíceis, obrigado por ouvir e sempre saber exatamente o que dizer, a nossa

conexão é única e genuína, e ter você comigo presente em toda essa caminhada fez e faz a maior das diferenças.

É no próprio gesto de se fazer Cinema que encontramos fortes vínculos com o gesto de educar.

MIGLIORIN E FRESQUET

RESUMO

Cartografias Afetivas: Em Diálogo Com o Filme na Escola busca, a partir do diálogo com os professores de Artes que atuam na etapa da Educação Básica - que participam do programa Arte na Escola Polo UNESC - buscou refletir sobre a exibição de Filmes Nacionais na escola, ou seja, sobre a importância de incluir obras nacionais em seu planejamento ao longo do ano letivo. A pesquisa provoca a pensar sobre a afetividade e o sensível na educação, a relação dos professores de Artes com a Lei 13.006, a exibição de Filmes Nacionais na instituição escola, e a relevância que o cinema brasileiro possui, relevância essa que atravessa toda a sua história. Com essa costura, venho propor diálogos sobre o direito da criança e do adolescente a um ensino integral, uma experiência ampla e significativa, que permita ao aluno conhecer as diversas manifestações artísticas, contemplando as suas experiências em seu processo de aprendizagem acerca de toda a etapa da sua formação na educação básica. Para alcançar uma melhor compreensão em torno do tema apresento como problema: O que os professores de Artes pensam sobre a Lei 13.006 e se esse pensamento dialoga com os direitos de aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Para isto busco o diálogo teórico com a Base Nacional Comum Curricular (2018), Meira e Pillotto (2010), Fresquet (2017), Silveira e Silva (2016), Saviani (2016), Santos e Silva (2012), Bergala (2008), entre outros. Além de apresentar alguns clássicos do Cinema Nacional, que somam a este trabalho.

Palavras-chave: Cartografia; Afetividade; Cinema; Ensino da Arte; Arte; LEI 13.006/2014.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Casinha Pequeninina (1963).....	21
FIGURA 02: Mazzaropi (1957).....	24
FIGURA 03: Mazzaropi (1960).....	25
FIGURA 04: Mazzaropi (1963).....	25
FIGURA 05: Cidade de Deus (2002).....	27
FIGURA 06: Buscapé (2002).....	30
FIGURA 07: O Auto da Compadecida (2000).....	31
FIGURA 08: João Grilo (2000).....	33
FIGURA 09: Central do Brasil (1998).....	35
FIGURA 10: Dora e Josué (1998).....	37
FIGURA 11: Convite Cinema e Educação.....	39
FIGURA 12: Arte de Apresentação.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
INC	Instituto Nacional do Cinema
EMBRAfilme	Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima
ANCINE	Agência Nacional do Cinema

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO (SINOPSE).....	11
1.1. METODOLOGIA DA PESQUISA (PLANO).....	14
1.2. CAPÍTULO POR CAPÍTULO (DIÁLOGOS).....	16
2. CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA (NARRATIVA).....	19
3. MAZZAROPI: CHÃO DE SALA, TELA LIGADA, NETO E AVÓ.....	21
4. ALEXANDRE RODRIGUES: O FILME NA ESCOLA.....	26
5. MATEUS NACHTERGAELE: OS PROFESSORES E A LEI 13.006.....	30
6. FERNANDA MONTENEGRO: CINEMA, EDUCAÇÃO, PROPOSITO.....	34
7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	37
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
9. PROPOSTA DE CURSO.....	46
10. REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO (1^oSINOPSE)

É com esta pesquisa, Cartografias Afetivas: Em Diálogo com o Filme na Escola, dividida em capítulos, sendo quatro deles centrais - do 3 ao 6 - , que propõem reflexões sobre o Cinema Nacional na etapa da Educação Básica, que penso a partir da Lei Nº 13.006, a obrigatoriedade da exibição de Filmes Nacionais na Educação Básica. Acrescentada ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, originalmente tendo como seu proponente o Senador Cristovam Buarque do PL, no ano de 2008. Em 26 de Junho de 2014 vem a ser sancionada pela então presidente Dilma Rousseff do PT. A Lei 13.006, como a conhecemos, apesar de não parecer uma lei de tempo muito distante, contemplá-la, me parece ser ainda um problema recorrente entre os professores e alunos da educação básica.

Para pensar um caminho de pesquisa onde me debruço sobre o tema contemplando algumas instituições de ensino, dentro da sala de aula, percorrendo todos os espaços da escola, até a sala dos professores, refletindo mais precisamente a etapa da educação básica, é que me proponho a ir de encontro aos professores de Artes² que fazem parte do programa Arte na Escola Polo Unesc, de Criciúma, objetivando um diálogo que visa compreender a sua posição quanto à Lei 13.006, e quanto à inclusão de Filmes Nacionais em seu planejamento.

O tema me instiga desde que tomei conhecimento sobre a lei, pois cresci em uma família onde Cinema é afeto, arte³, história e também conhecimento. Presenciei a passagem da fita cassete para o dvd, e posteriormente com a internet, a passagem das videolocadoras para os serviços de streaming. Cresci assistindo com a minha avó as histórias de Mazaropi, entre outros grandes clássicos do Cinema Nacional como: o Auto da Compadecida (Suassuna, 2000), Lisbela e o Prisioneiro (Lins, 2003), Central do Brasil (Salles, 1998), e nenhum desses contatos que tive com o Cinema na infância veio de dentro da escola.

¹ Sinopse: “resumo breve (em poucas páginas) de um argumento de filme. Do grego synopsis, <<visão de conjunto, <<vista geral>>, <<índice>>.” (Aumont e Marie p. 361)

² Disciplina escolar usaremos a denominação Artes, conforme a resolução nº 1 de 31 de janeiro de 2006 do Conselho Nacional de Educação. (ver resolução na íntegra em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_06.pdf).

³ O termo arte indica a área de conhecimento.

Levando em consideração a construção sensível a partir de experiências artísticas na infância, Meira e Pillotto (2010. p. 13,14) escrevem que, “Manifestar-se por meio da expressão artística significa para a criança o prazer e o aprender sobre suas capacidades de criar, de produzir e de materializar suas vontades.” As autoras defendem que esse processo ajuda na compreensão de si mesma, dos outros, das obras sociais e da própria pedagogia na sua construção cognitiva e sensível. Por isso evidencio como questão problema: **O que os professores de Artes pensam sobre a Lei 13.006 e se esse pensamento dialoga com os direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes.**

Começo evidenciando essa problemática de acordo com a minha experiência enquanto acadêmico do curso de Artes Visuais Licenciatura, experiência da qual observei em meus estágios obrigatórios a pouca presença da projeção de Filmes Nacionais em sala de aula. Algumas escolas possuem a sua disposição sala de vídeo, sala apropriada para uma aula muito bem planejada em torno do Cinema, no entanto a sala acaba se tornando um espaço utilizado apenas para receber os alunos em caso de falta de algum professor. Pude perceber também que não havia um acervo de Filmes Nacionais, e nem um planejamento por trás do que os alunos estavam assistindo em seu tempo “livre”, apenas uma conta logada em um dos serviços de streaming mais utilizados nos dias atuais, com uma lista de Filmes que os alunos já estavam habituados a assistir, nenhum Filme na lista era uma produção Nacional, nenhuma roda de conversa era feita após a exibição. O Filme estava presente, muitas vezes sem conexão com o próprio planejamento da escola ou de alguma disciplina em específico.

Essa experiência me leva a outras questões que norteiam esta pesquisa: Os professores estão incluindo as produções nacionais em seu plano de aula? De que forma a lei está sendo aplicada contemplando os direitos de aprendizagem dos alunos? É garantido por lei a obrigatoriedade da reprodução de Filmes Nacionais na Educação Básica, a Lei Nº - 13.006, de 26 de Junho de 2014 acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, diz que: “a exibição de Filmes de produção Nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais”. A medida vale para escolas públicas e privadas, mas os

professores estão incluindo as produções nacionais em seu plano de aula, ou na proposta pedagógica da escola enquanto uma proposta interdisciplinar?

A experiência do estágio obrigatório, por mais rica e somatória que seja para o nosso processo acadêmico dentro do curso, na nossa formação como futuros docentes, não me ajuda a responder essa questão, uma vez que, enquanto estagiários não estamos presentes durante todo o ano letivo da escola, não acompanhei o plano anual dos professores, apenas aquilo que vi no decorrer do estágio, o que me motivou ainda mais a querer entrevistar esses professores de Artes da educação básica que estão no dia a dia na escola, e participam da formação continuada proposta pelo programa Arte na Escola, para assim entender como está a inclusão de produções nacionais em seus planos de aula, se está de fato acontecendo de maneira significativa.

A próxima questão é importante para compor esse emaranhado de indagações em função de buscar a melhor forma de contemplar a Lei em benefício da cultura e da educação, as escolas possuem estrutura para propiciar uma exibição de filmes? Para pensar essa questão, temos que levantar aqui, o que é preciso para contemplar uma produção audiovisual em sala de aula, o que é necessário quando se trata de recursos materiais. Em primeiro lugar um aparelho que projete o filme, algumas escolas possuem televisão, outras um retroprojetor, um computador, este é o equipamento necessário para reproduzir um filme para um grupo de alunos. E quanto a sala, não necessariamente precisa ser uma sala de vídeo, em tese um retroprojetor já pode transformar qualquer espaço em uma sala de vídeo. Porém é preciso rediscutir este assunto, uma vez que o objetivo deveria ser tornar esta ação uma experiência completa e significativa para os alunos.

Afinal, filme para entreter, matar aula, cobrir uma falta, para quê Cinema na escola? Algo com peso de lei tem que ter alguma relevância. São no mínimo duas horas mensais de produções nacionais a serem exibidas na escola, integrados à proposta pedagógica, essa integração precisa acontecer e para acontecer precisa ser planejada.

O que penso ser o mais inusitado em toda essa questão, é no quão pode parecer difícil para os professores fazerem essa inclusão acontecer, como se de alguma forma a produção fosse interferir de maneira negativa no seu plano de aula, com exceção daqueles que reproduzem um Filme qualquer para controlar uma

turma de alunos mais agitada ou para cobrir uma falta, estou falando dos professores que planejam esta atividade. O que faz parecer tão maçante nessa ideia de planejamento? Isso é o que me leva a última questão: será que os alunos estão interessados nas obras do Cinema Nacional? Qual o repertório de Filmes Nacionais estão na fala dos professores de Artes, no momento em que os entrevistei? Qual a potência do Cinema Nacional e a sua relevância, a partir da conversa com os professores e professoras?

É com os professores da Artes da educação básica que procuro compreender parte dessa questão, os serviços de streaming estão aí, e oferecem um gigantesco catálogo de filmes nacionais e internacionais, neste grande cardápio do cinema qual prato escolher? O que nossos alunos estão consumindo? É preciso compreender a sua realidade para entender as suas escolhas, e para isso é preciso questioná-los, deixá-los falar.

Muito do que sei sobre o Cinema Nacional não veio da minha formação escolar, e sim da minha experiência familiar, da linguagem de afeto e imaginação, da importância que isso teve para mim. Havia um propósito ali, por isso acredito que investigar esse tema se faz importante e necessário, porque é dos alunos por direito vivenciar essa experiência na sua formação básica.

1.1. METODOLOGIA DA PESQUISA (4PLANO)

O projeto seguiu uma linha de pesquisa qualitativa, pois a pesquisa não foi fundamentada em números ou gráficos, e sim no aprofundamento da compreensão de um grupo social, neste caso dos professores de Artes que trabalham com a etapa da Educação Básica, em um primeiro momento a pesquisa aconteceria no município de Balneário Rincão. A partir de uma realidade que não me deu retorno, faço a opção por entrevistar professores que participam da formação continuada do programa Arte na Escola Polo Unesc.

⁴ *Plano: A imagem de um filme é impressa projectada numa superfície plana: é a origem do termo <<plano>>, que designa então o plano da imagem. Na medida em que esta imagem representa um certo campo, o plano da imagem é paralelo a uma infinidade de outros planos imaginários, escalonados <<em profundidade>> ao longo do eixo da tomada de vista.” (AUMONT E MARIE p. 302)*

Esta é uma pesquisa de natureza básica, da qual segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 126): “envolve verdades e interesses universais, procurando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista.” Trata-se de uma pesquisa explicativa, que seguiu o processo de registrar e analisar o uso dos filmes dentro das escolas na contemporaneidade a partir da fala dos professores entrevistados.

A grande narrativa deste projeto, parte da questão problema: O que os professores de Artes pensam sobre a Lei 13.006 e se esse pensamento dialoga com os direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes?, e das questões norteadoras: Os professores estão incluindo as produções nacionais em seu plano de aula? De que forma a lei está sendo aplicada em benefício dos alunos em sala de aula? As escolas possuem estrutura para incluir o Cinema em suas aulas? Afinal, filme para entreter, matar aula, cobrir uma falta, para quê Cinema na escola? Será que os alunos estão interessados nas obras do Cinema Nacional?

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, o projeto foi desenvolvido a partir de entrevistas. Foram entrevistados professores de arte que participam do programa Arte na Escola Polo Unesc, objetivando com essa entrevista uma troca mútua, tendo como foco o Cinema Nacional alinhado à educação.

Para organizar esta pesquisa com a identidade que propus dar a ela, desde a concepção do tema, dos problemas, e da sua importância como objeto de estudo, trago aqui a proposta de uma Cartografia Afetiva.

Para Pereira (2016, p. 14) “Em cada cartografia, caso a caso, propõe abrir frestas para não só falar sobre, mas com elas coletivizar a experiência de cada cartógrafo”. A cartografia afetiva é um método de pesquisa com uma abordagem transdisciplinar, assim pretendo criar uma ponte que ligue o Filme na escola, e o planejamento dos professores de Artes, com e para os professores.

No processo de Cartografias Afetivas: Em Diálogo com o Filme na Escola, vou propondo ao leitor a cada capítulo, cujo nome se organiza a partir de grandes personalidades do Cinema Nacional, uma experiência imersiva, com o Cinema em destaque. Minha experiência aqui dialoga com a importância do Filme na escola, e a costura dessa cartografia, que são as respostas coletadas de cada professor, e que abrem as frestas que dão corpo a metodologia deste desafio, é assim que busco

compreender se a visão de cada instituição está diretamente ligada a Lei 13.006 e se a exibição de Filmes nacionais acontecem ou não no planejamento do professor de Artes.

1.2. CAPÍTULO POR CAPÍTULO (5^{DIÁLOGOS})

A introdução se faz como **primeiro capítulo**, com ela a metodologia e o mapeamento dos capítulos são apresentados.

O **segundo capítulo** traz o nome da pesquisa: CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA, vai construindo uma narrativa evidenciando questões relacionadas à história do Cinema no Brasil, para tanto o diálogo teórico acontece a partir de Clasen (2017) e Sabadin (2018). Na sequência, entram em cena os quatro capítulos centrais da minha pesquisa, cada um deles foi descrito a partir do nome de um ator/atriz com forte relevância para o Cinema brasileiro. Além da notável importância desses nomes para o Cinema Nacional, os escolhi, pois possuo grande apreço por suas obras, e seus personagens que me marcaram enquanto telespectador, existe afeto, portanto, não foram escolhidos por acaso.

O **capítulo três** chama-se “Mazzaropi: Chão de Sala, Tela Ligada, Neto e Avó”. Começo organizando algumas ideias a partir daqui, porque vem das fitas do saudoso Mazzaropi e do chão da sala da minha avó, com cheirinho de bolinhos fritos, um café com leite bem docinho e muita gargalhada, a minha paixão pelo Cinema Nacional. A simplicidade nas obras do autor que escreveu a maior parte das suas histórias e além de escrevê-las as interpretou em Filmes que sempre mantiveram seu senso de humor ingênuo e travesso, me encantaram desde sempre.

Conto aqui o quanto o Cinema Nacional possui uma grande amplitude de obras e gêneros, fazendo uma referência a escola que pode propiciar ao seu aluno uma experiência imersiva na história do Cinema Nacional. Mesmo a exibição de filmes tendo peso de lei, será que todos os professores têm conhecimento desta lei?

⁵ “O diálogo é o conjunto de falas trocadas pelas personagens de um filme. No cinema mudo, era representado pelos gestos e mímicas dos actores, por vezes explicitado pelos <<cartões>>.”
(AUMONT E MARIE p. 108)

O Cinema é uma linguagem de afeto, que provoca discussões, olhares mais atentos e críticos, é uma grande potência que amplia o conhecimento para novas culturas.

Neste capítulo irei dialogar com Marly Meira (2010) e Silvia Pillotto (2010), para através de sua pesquisa pensar o papel sensível na ação pedagógica.

No capítulo quatro, intitulado “Alexandre Rodrigues: O Filme na Escola”, vou me aprofundar mais no que diz respeito à importância do planejamento do professor de Artes, e o que isso implica no cumprimento da Lei 13.006. Proponho reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular, e o que ela nos diz sobre o Cinema.

Argumento aqui sobre a questão do espaço na escola para a exibição dos Filmes. Quais materiais são necessários para possibilitar uma aula com a sua exibição? Que sala seria adequada? Será que pensar neste espaço é um problema no planejamento dos professores de Artes? Trago essas questões dialogando com Adriana Fresquet (2015), através da sua pesquisa “Cinema e Educação: A Lei 13:006”. Para melhor fundamentar estas questões, vamos caminhar pela Base Nacional Comum Curricular e pontuar os direitos de aprendizagem dos nossos estudantes.

O **capítulo cinco**, chama-se “Mateus Nachtergaele: Os Professores de Artes e a Lei 13.006”. O capítulo objetiva trazer ao leitor uma melhor compreensão sobre a Lei, quais as questões por trás da obrigatoriedade da exibição de Filmes Nacionais na educação básica, e o que isso influencia no planejamento dos professores e no planejamento da escola. Ainda neste capítulo diálogo com Dermeval Saviani (2016), essa contribuição vem a partir do seu artigo “Educação Escolar, Currículo e Sociedade”, que pensa o currículo como um todo. E com os autores José Alex Soares Santos e Antonio Valricélio Linhares da Silva, a partir da sua perspectiva no livro “Cinema e Teatro: Como Experiências Inovadoras e Formativas na Educação”.

Seguindo com o sexto capítulo, intitulado: “Fernanda Montenegro: Cinema, Educação e Propósito”, remeto-me aos direitos da criança e do adolescente na sua trajetória, na etapa da educação básica, das linguagens das quais interessam ao aluno, a escola, a comunidade e aos professores. Se há uma preocupação direta com a obrigatoriedade da exibição de Filmes Nacionais na

escola, pensando o contexto social onde esses alunos estão inseridos, seu acesso à cultura.

Talvez fosse preciso começar a pensar – mas não é fácil do ponto de vista pedagógico –o filme não como objeto, mas como marca final de um processo criativo como arte. Pensar o filme como a marca de um gesto de criação. Não como um objeto de leitura, descodificável, mas, cada plano, como a pincelada do pintor pela qual se pode compreender um pouco seu processo de criação. Trata-se de duas perspectivas bastante diferentes. (BERGALA, 2008 p.33-34)

Trago aqui o Cinema como linguagem independente, ressaltando a sua importância histórica e social, não como uma ferramenta, mas sim com a autenticidade e o caráter próprio do mesmo, como potência e extensão, o Cinema como obra, indústria, linguagem de afeto, linguagem política e forte meio crítico, onde o filme Nacional se constrói fortemente ligado a nossa identidade.

Em seguida, o capítulo sete, é o capítulo que vai trazer a apresentação e análise das entrevistas com os professores de Artes que participam do programa Arte na Escola Polo Unesc. É uma escrita que trás a leveza e a clareza de uma conversa entre educador e pesquisador, um diálogo que percorre todas as questões deste projeto, e é através dele que adentramos na importância da exibição do filme na escola. Do repertório de obras nacionais que fazem parte do conhecimento desses professores, quais os Filmes Nacionais poderiam proporcionar a esses alunos uma aula significativa sobre o Cinema brasileiro e sua infinidade de gêneros.

2. CARTOGRAFIAS AFETIVAS: EM DIÁLOGO COM O FILME NA ESCOLA (⁶NARRATIVA)

Esta é uma pesquisa que referencia a História do Cinema Nacional, a importância da sétima arte no Brasil. Que transita entre o papel do professor de Artes na difusão do mesmo dentro da escola, e o aluno que através de um planejamento escolar bem elaborado, que contemple a Lei 13.006, ampliará seu repertório cultural durante todo seu percurso na educação básica.

Para buscarmos então a compreensão da importância do filme Nacional na escola, em primeiro plano vamos reviver um pouco da sua história, dialogando com Clasen (2017) e Sabadin (2018). Segundo os autores, os primeiros registros em vídeo com a produção de documentários foram realizados pelos imigrantes italianos Affonso e Paschoal Segreto, que filmaram a Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. A primeira exibição de um vídeo, que foi organizada pelo belga Henri Paillie em uma sala alugada no Jornal do Commercio, na Rua do Ouvidor, aconteceu em 1896 no Rio de Janeiro, apenas sete meses após a exibição dos irmãos Lumière na França. A primeira sala de Cinema foi inaugurada um ano depois da primeira exibição, e essa sala recebeu o nome de Salão de Novidades Paris.

De 1953 a 1970 surge o Cinema Novo, um período marcado por mostrar através de seus Filmes um Brasil até então desconhecido.

Em 1955, o jovem paulista Nelson Pereira dos Santos levou sua câmera para os morros cariocas e encantou as plateias logo em seu longa de estreia, Rio 40 graus, marco inaugural do movimento que se convencionou chamar de Cinema Novo (SABADIN, 2018. p. 130).

Essa foi uma época de descobertas e liberdade para os artistas independentes que possuíam apenas uma câmera na mão e uma ideia. De 1969 a 1970 entra em cena a EMBRAfilme, uma empresa estatal que desempenhou um papel fundamental para a produção e difusão do Cinema no Brasil, e também o INC. É aqui que o Estado passa a investir na produção e difusão das obras nacionais.

Nos anos 80 se inicia no Cinema brasileiro um período conhecido como o período das trevas, isso se caracteriza pelo fato da diminuição da produção de

⁶ “Uma narrativa conta uma história: por conseguinte, sobrepõe, ao tempo imaginário dos acontecimentos narrados, o tempo do próprio acto narrativo. (AUMONT E MARIE p. 271)

filmes devido a dívida externa. Em seguida, no governo Collor em um curto período de tempo, de 1990 a 1992, ocorreu a extinção de todas as ferramentas de cinema. Em seu discurso Clasen (2017) reflete sobre este período, que praticamente parou a indústria cinematográfica brasileira. Para se ter uma ideia da catástrofe que isso gerou para o Cinema Nacional, o único longa-metragem produzido em 1992 foi “A Grande Arte” de Walter Salles, que além de ser o único lançamento naquele ano, o filme foi exibido em inglês, por se tratar de uma obra brasilo-estadunidense.

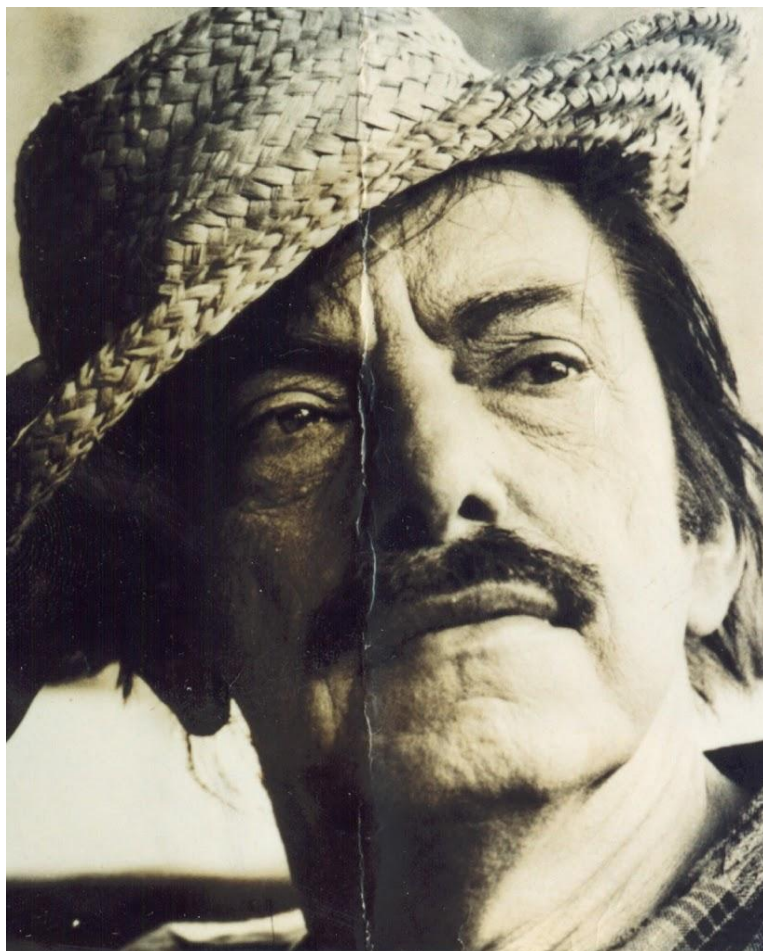
O Cinema Nacional torna-se objeto de luta e resistência, não somente pela retomada das produções nacionais, mas pela identidade, brasilidade e autonomia da mesma. Aqui o Cinema Nacional já tinha se provado uma linguagem cultural potente, crítica e política.

Assim, desde o período de 1992 até o ano de 2003 temos uma era marcada como “retomada”, onde foi criada a Lei do Audiovisual, uma Lei federal de incentivo a produção de obras audiovisuais. Neste período criou-se também a ANCINE, órgão oficial do governo federal do Brasil. Em consequência das Leis de Incentivo e da aparente valorização da indústria, tivemos um aumento significativo nas produções nacionais, marcada por grandes obras que consolidaram o Cinema brasileiro como, “Cidade de Deus” (2002), “Central do Brasil” (1998) e “Carandiru” (2003). E em 2013, período conhecido como “pós-retomada”, o Brasil registra recorde de bilheteria com as suas produções.

A partir desta breve introdução sobre a história do Cinema Nacional, a pesquisa Cartografias Afetivas - Em Diálogo Com o Filme Na Escola, busca compreender a importância da exibição de obras nacionais para os alunos na etapa da educação básica.

3. MAZZAROPI: CHÃO DE SALA, TELA LIGADA, NETO E AVÓ

Figura 01: Casinha Pequeninina (1963)



Fonte: [musemazzaropi](http://musemazzaropi.com.br)

“Quero morrer vendo uma porção de gente rindo em volta de mim.”

– Amácio Mazzaropi, 1970



A sensibilidade se faz presente na aula de Artes desde o planejamento do professor, até o contato com os alunos em sala. Trabalhamos com o sensível, com a experimentação, com a criticidade e com um vasto repertório cultural durante toda a etapa da educação básica.

No exercício de se preparar, o professor entra em contato com este repertório, um processo bastante imersivo que se constitui pela pesquisa em torno das novas linguagens que se pretende trabalhar. Para o aluno, quase sempre é algo novo, uma nova percepção, um novo fazer artístico, uma nova experiência cultural e cognitiva que ultrapassa os limites da sua comunidade e o leva a conhecer novas manifestações, e é também uma troca mútua, entre professor pesquisador e aluno.

O planejamento do professor é de suma importância para o desdobramento da aula, isso parte da pesquisa que se finda no conhecimento. O conhecimento é algo a ser construído, Meira e Pillotto (2010, p. 41) escrevem que, “Ao refletir sobre o sensível e o afeto nas práxis educativas, é importante compreender o conhecimento, não como algo a ser dado, mas como algo a ser construído e sentido, capaz de tocar nosso ser profundamente.”

Considero importante pensarmos essa construção refletindo a partir do sensível e do afeto. O Filme surge, para mim por exemplo, da conexão afetiva que eu tinha quando criança com a minha avó materna, onde o momento de sentarmos juntos em frente a TV para escolhermos qual fita iríamos assistir naquela tarde de domingo, era um momento de descontração em família, mas que me trouxe também uma identificação baseada no afeto, curiosidade e respeito pela linguagem do Cinema, em especial o Cinema Nacional, e isso foi o que me fez querer pesquisar mais.

Talvez seja este então o papel do professor com a exibição de Filmes Nacionais na escola, incluindo obras do Cinema brasileiro em seu planejamento, instigando assim os alunos a pesquisa, a crítica, a apreciação estética e a busca pelo conhecimento, proporcionando essa aproximação Cinema/escola.

Em 26 de Junho de 2014, a Lei nº 13.006, em decreto pela então presidente Dilma Rousseff, determinou que: “A exibição de Filmes de produção Nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais.” No entanto, algumas escolas parecem ter dificuldades no cumprimento da

mesma, o que gera algumas questões pertinentes a presente pesquisa, como: até onde os professores de Artes têm conhecimento sobre o que a Lei nos trás?

Não que o cumprimento da mesma seja direcionado apenas aos professores de Artes, a Lei determina que são no mínimo duas horas mensais destinadas à exibição de Filmes Nacionais, mas não especifica a área, então isso independe da disciplina. Entretanto, esta pesquisa foi realizada em diálogo com o professor de Artes, justamente no intuito de instigá-los a pensar o cinema na escola, e a partir disso instigar também outros professores de outras áreas do conhecimento, mesmo que indiretamente.

É uma responsabilidade coletiva se sensibilizar a ponto de não somente criar um plano que cumpra a Lei, mas que pense o propósito maior ao trazer um Filme de produção Nacional para o seu planejamento, propósito esse que seria o direito do aluno ao acesso a obras que correspondam às suas origens. Afinal, assistir um Filme de produção Nacional em meio a tantas produções internacionais, mesmo em todos os seus inúmeros gêneros e aspectos de cada território de um país imenso e multicultural como o Brasil, seria semelhante a receber um abraço quentinho em um dia chuvoso, é uma questão de proporcionar a identificação do aluno com a própria língua, costumes e memórias afetivas.

De cena em cena se cria um enredo que contará uma história, assim, com os olhos atentos o espectador se debruça sobre a trama que agora está presente em seu imaginário. Nas palavras de Meira e Pillotto:

A arte produz, sem o que não é arte, um efeito singular de prazer sensorial, de transe perceptivo, próprio das formas sensíveis que ela coloca em forma, em obra, em situação relacional. Sejam elas realistas, abstratas, conceituais, geométricas, o transe pode nascer tanto de modo material como imaterial, sem o qual não teria o poder de reter o olhar, a escuta, a atenção. (2010, p. 131)

Se quando criança não compreendia a ligação que tinha com a minha avó naqueles momentos em que juntos assistíamos repetidamente os Filmes que mais gostávamos, pensando ser um capricho de minha parte por ter criado uma rotina com ela, hoje compreendo que era uma atitude de carinho e de amizade que ia muito além da minha compreensão na época. O olhar afetivo da minha avó ao me

presentear com o seu interesse pelo Cinema, da sua maneira, do seu jeito doce, aberto de ver o mundo, estava muito à frente do seu tempo.

Mas, e os Filmes do Mazzaropi? Aqui aponto como um dos maiores interesses de minha avó, pois a mesma tinha uma coleção de fitas cassete em sua estante de Filmes. O Noivo da Girafa (Victor Lima, 1957), As Aventuras de Pedro Malasartes (Rodolfo Mickey, 1960), e Casinha Pequena (Glauco Mirko Laurelli, 1963) estavam entre as suas produções favoritas, das quais assistimos juntos repetidamente. Amácio Mazzaropi (1912-1981) deixou um lindo e duradouro legado no cenário do Cinema Nacional, com obras que marcaram gerações.

Figura 02: Mazzaropi (1957)



Fonte: [museumazzaropi](http://museumazzaropi.com)

No Filme O Noivo da Girafa de 1957, Aparício Boamorte trabalha em um zoológico no Rio de Janeiro. Neste longa, Mazzaropi contracena com uma girafa da qual cria um grande apreço e afeto, tornando-se melhores amigos, e consequentemente sendo assim gozado pelo seu chefe e pelos seus colegas de trabalho. Na sua esperteza, ele nos tira grandes risadas ao longo do filme.

A imagem 02, que conta deste Filme, estampa o protagonista acentuando um olhar de quem busca no espectador a curiosidade para uma narrativa brincante. Forte característica das obras do Mazzaropi.

Figura 03: Mazzaropi (1960)



Fonte: [museumazzaropi](http://museumazzaropi.com)

Com este tradicional personagem da cultura portuguesa e brasileira, no filme *As Aventuras de Pedro Malasartes* de 1960, Mazzaropi traz a sua versão ao interpretar o astuto e atrapalhado Pedro Malasartes. Nesta obra repleta de ilustres personagens, Pedro é enganado pelos seus dois irmãos, que roubam todo o seu dinheiro, tendo assim que começar a aplicar pequenos golpes para sobreviver. Entre as aventuras e desventuras de Pedro Malasartes, é impossível não sorrir e se emocionar com este personagem tão querido da cultura popular.

Figura 04: Mazzaropi (1963)



Fonte: [museumazzaropi](http://museumazzaropi.com)

No filme *Casinha Pequenininha* de 1963, um emocionante longa-metragem que retrata a pobreza na época do Brasil Império, Mazzaropi interpreta Chico, um colono de bom coração, casado e pai de dois filhos que vive em uma pequena casinha no interior. No filme Chico se vê envolvido em uma terrível e diabólica trama causada por um rico fazendeiro dono de escravos. O filme traz temas importantes para época, como a escravidão e a pobreza extrema, e mesmo não perdendo a sua essência cômica e característica, Mazzaropi nos emociona com o enredo deste filme.

4. ALEXANDRE RODRIGUES: O FILME NA ESCOLA

Figura 05: Cidade de Deus (2002)



FONTE: GLOBO.COM

“Cê sabe que aqui é Cidade de Deus né?”

- Buscapé



Certa vez, no início da minha graduação participei de um grupo de formação continuada, estávamos todos em um momento de conversa e troca de experiências quando uma das professoras presentes disse: “O professor praticamente só descansa quando vai para a sala de aula”. Embora ela não tenha vindo de forma literal, havia ali naquela frase algo para nos provocar. Essa fala me despertou curiosidade naquele momento, afinal não seria a sala de aula o local de trabalho do professor, logo o início da sua jornada de trabalho? A conversa seguiu

adentrando no tema “planejamento”, e ao final do encontro já havia compreendido a fala da professora. O planejamento é a base de uma boa aula, e por isso a formação do professor é contínua.

Pensando o papel do professor de Artes, e a sua contribuição para o desenvolvimento da relação Filme/escola ao incluir a exibição de Filmes Nacionais em seu planejamento, podemos refletir sobre este movimento a partir de documentos norteadores como a BNCC, que em uma de suas citações no eixo da leitura, o Filme timidamente aparece, revelando-se ser, segundo a Base, um dos elementos da leitura se levarmos em consideração os gêneros digitais.

Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais. (Brasil, 2018, p. 72)

A presença do Filme em documentos que norteiam a educação é consideravelmente um importante ponto de partida para evidenciarmos o quão significativo para o aluno, pode ser a presença do mesmo na escola.

O filme na escola potencializa o aprendizado, a autonomia, a criticidade e o coletivo. A Lei 13.006 entra em cena para reafirmar isso, e colocar algumas problemáticas em pauta, que serão necessárias para a otimização da experiência do aluno com as produções do Cinema Nacional. Tal qual o espaço que a escola disponibiliza para essas ações, a escolha da obra, que deve ter ligação com o conteúdo programático, o currículo da escola, a interdisciplinaridade, entre outras questões.

Para a autora Adriana Mabel Frequent (2017, p. 196) a Lei é sem dúvidas um grande passo para as possibilidades que se abrem com a exibição de produções nacionais no espaço escolar, ela diz que, “é um avanço no que diz respeito ao reconhecimento do valor artístico e cultural da arte cinematográfica brasileira para a educação do país.” No entanto, precisamos pensar diferentes problemáticas, que interferem diretamente na realização da mesma.

Muitas escolas públicas não dispõem de uma sala de arte, de um ateliê para melhor proporcionar uma experiência com as aulas práticas, muito menos uma

sala de vídeo que pense no conforto dos alunos no momento de uma exibição de Filme, seja um curta-metragem, longa-metragem ou uma mostra de videoarte. O espaço se torna algo limitado, tendo o professor que usar o que está a sua disposição.

O senador Cristovam Buarque (PL 185\08), o proponente da Lei, não define que Filmes, nem como eles serão escolhidos, também não diz quem deverá custear sua aquisição, infraestrutura e dispositivos de execução da Lei.

O senador que acrescentou o parágrafo 6º ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, propondo que “a exibição de Filmes de produção Nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas mensais”. Logo posteriormente, em 9 de julho de 2014 a presidente Dilma transformava o Projeto na Lei nº 13.006, de 2014, sancionada em 26 de junho. E uma vez sancionada começamos a discutir a sua aplicação.

Aplicabilidade da qual hoje se vê apresentada de diferentes formas, que dependem da realidade socioeconômica em que a escola está inserida, da sua gestão que pensa o espaço e o currículo, ou mesmo da abertura do professor para com o objeto Cinema Nacional.

E esta abertura talvez seja o maior dos desafios, com isso retomamos o foco central deste capítulo, Cinema na Escola, o planejamento do professor. O planejamento é fundamental na construção desta relação.

Aceitar que o cinema propõe mundos, não traz apenas o belo, o conforto ou a harmonia. Ou seja, se desejamos o cinema na escola é porque imaginamos que a escola é um espaço, um dispositivo, em que é possível inventar formas de ver e estar no mundo que podem perturbar uma ordem dada, do que está instituído, dos lugares de poder. Assim, apostar no cinema na escola nos parece também uma aposta na própria escola como espaço onde, estética e política podem coexistir com toda a perturbação que isso pode significar. Trata-se de um enorme e estimulante desafio para os educadores. (FREQUENT, 2017,p. 8)

Partindo deste pensamento, o papel do professor de Artes é provocar diálogos com os alunos com a exibição de obras do Cinema Nacional que conversem com a sua proposta pedagógica. E para isto existe um grande acervo de

Filmes Nacionais disponíveis pelas mais conhecidas plataformas digitais, como a Globo Filmes, Netflix, Prime Vídeos, entre outras.

É preciso estar atento ao currículo e documentos que norteiam a sua escola, mas é possível filtrar as obras por gênero, classificação indicativa, ficha técnica, autores, artistas, trilha sonora e claro, sempre ter o conhecimento de seu conteúdo na íntegra.

Figura 06: Buscapé (2002)



Fonte: [TMDB](https://www.tmdb.com/)

No filme Cidade de Deus, de 2002, Alexandre Rodrigues interpreta Buscapé, garoto amável e sonhador que cresceu em volta da brutal realidade do crime, que ceifou a vida de seu irmão ainda muito jovem. No longa-metragem que é um marco na história do Cinema Nacional, Buscapé, o personagem interpretado pelo ator Alexandre Rodrigues é o narrador protagonista do filme, que conta a história da comunidade situada no Rio de Janeiro. Sem filtros, o filme é muito bem avaliado pela crítica especializada e chegou a ser indicado quatro vezes ao Oscar de 2004.

5. MATEUS NACHTERGAELE: OS PROFESSORES E LEI 13.006

Figura 07: O Auto da Compadecida (2000)



Fonte: terra.com

“Vivem querendo que pobre não tenha defeito. (...) É tanta qualidade que exigem pra dar emprego que eu não conheço um patrão com condição de ser empregado. “
– João Grilo.



Saviani (2016) conceitua o currículo como sendo o conjunto de atividades, físico e humano, a elas destinado. Sendo esse considerado um conceito ampliado de currículo, pois abrange todos os elementos relacionados ao que diz respeito à escola.

Neste sentido do currículo ampliado te convido a pensar o objeto desta pesquisa, que é a exibição de Filmes Nacionais na escola, e a importância de viabilizarmos uma experiência sensível, estética e cognitiva para os nossos alunos. Pensado também o direito de aprendizagem da criança e do adolescente.

Sensível no sentido de trabalharmos com diferentes linguagens, ampliando as possibilidades do aluno de se construir um ser crítico e capaz de compreender a sua própria cultura. Estética, pensando as suas emoções, suas vivências e o seu olhar para o mundo exterior através de uma tela, através de uma produção cinematográfica, a partir da ficção ou da realidade, o Cinema é bastante amplo neste sentido. E cognitivo, ampliando seu repertório cultural, trabalhando a memorização, e a forma de ver o outro, com a pluralidade dos personagens que se apresentam em cada trama.

Refletindo sobre o Cinema como prática pedagógica, usando como exemplo o projeto de Lei nº 185/08 de autoria do senador Cristovam Buarque, Santos e Silva (2012, p. 69), escrevem que:

No horizonte deste “tempo novo” para a educação brasileira, o cinema surge como algo imprescindível para construirmos um ensino aprendizagem que consiga potencializar a capacidade crítica de educadores e educandos para o exercício pleno de sua atividade genérico-humana como fomento de sua ampla formação cultural.

Aqui os autores foram bem precisos no que se diz respeito ao benefício do uso do Cinema no planejamento do professor, não somente para a potencialização da capacidade crítica do educando, mas também do educador.

É um ganho mútuo, onde algo tão banalizado ou secundarizado na escola, como é o filme, revela-se uma obra estética, social e política, para Santos e Silva (2012, p. 75) um “veículo de representação e formação de imagens sobre o mundo na consciência do espectador”.

A experiência de assistir uma obra brasileira, conceito, gênero, língua, estética, história, identificação, narrativa, percorre todos estes caminhos. E quando os autores Santos e Silva descrevem o filme como um veículo de representação, eles estão pensando na relação obra / espectador, uma relação construída a partir do momento em que o sujeito que está ali assistindo o filme, se coloca na obra, cria

uma projeção de si naquele cenário. Um vínculo que se perde com o final do filme caso não haja um objetivo naquela proposta.

Quando um professor está na etapa da construção do seu plano de aula, ele pretende alcançar um objetivo, os próprios documentos norteadores da educação como a BNCC, traçam habilidades a serem desenvolvidas no planejamento durante toda a etapa da educação básica, isso já faz parte da composição do currículo da escola.

Sabendo da importância do filme para a experiência dos alunos, se formos relacionar então o professor de artes, sujeito desta pesquisa, e a Lei 13.006, objeto desta pesquisa, seria bastante interessante pensar não na palavra obrigatoriedade que a própria Lei já carrega, mas também na palavra responsabilidade, somos responsáveis enquanto professores da disciplina de Artes pelo conteúdo que apresentamos aos nossos alunos. Pelo desenvolvimento em sala de aula de todas as linguagens e práticas artísticas no percurso formativo da criança e do adolescente.

Portanto, saber do amparo da Lei, para a valorização do Cinema Nacional na escola, é estar ciente dos direitos e deveres ao conceber um planejamento.

Figura 08: João Grilo (2000)



Fonte: [adorocinema](http://adorocinema.com.br)

É difícil o brasileiro que não conhece o tão conceituado e popular longa-metragem, O Auto da Compadecida, de 2000. O filme narra as aventuras dos nordestinos João Grilo, interpretado por Matheus Natchergaele, e Chicó, personagem de Selton Mello. Ambos lutam pelo pão de cada dia e no decorrer da emocionante e engraçada trama, eles esbarram-se com personagens icônicos como, a Nossa Senhora, vivida por Fernanda Montenegro e o Cangaceiro Severino

	<p>de Aracaju, interpretado por Marco Nanini. Mesmo após mais de vinte e três anos a obra de Ariano Suassuna prevalece como uma das maiores produções do Cinema Nacional, prova disso é que o longa-metragem ganhará uma sequência, com alguns dos atores do elenco original.</p>
--	---

6. FERNANDA MONTENEGRO: CINEMA, EDUCAÇÃO, PROPÓSITO

Figura 09: Central do Brasil (1998)



Fonte: uai.com

*“No dia que quiser lembrar de mim, dê uma
olhada no retrato que a gente tirou junto.”*

- *Central do Brasil*



Se deve ter muito cuidado ao falar do Cinema na Escola, para não cair no terrível engano de pensá-lo como uma ferramenta. Estou certo da potencialidade do mesmo dentro da sala de aula, no espaço escolar, no planejamento do professor e no currículo da escola, mas ainda sim devemos ter a dimensão do Cinema pelo Cinema, como um objeto de pesquisa, técnica e área do conhecimento.

O Cinema brasileiro é uma indústria gigantesca que não só movimenta a economia do país, como também é político em suas manifestações e um potencial agente de mudanças.

O acesso a linguagem do Cinema Nacional na escola, na etapa da educação básica, é assegurado por Lei, então logo é direito da criança e do adolescente ter acesso a exibição de obras nacionais na escola. Afinal é para o aluno que pensamos o planejamento, a desenvoltura de uma aula que proporcione a melhor das experiências.

Não resta dúvidas quanto a capacidade do Filme em envolver seu espectador, o transportando por exemplo, de uma sala de aula para a Estação de Metrô da Central do Brasil, onde Dora, uma ex professora aposentada passa seus dias ajudando pessoas analfabetas, escrevendo cartas para elas (CENTRAL DO BRASIL, 1998). Os cenários, os personagens, a fotografia e roteiro do Filme, são de prender a atenção e nos causar emoções diversas, por um instante você cria uma ligação profunda com essas histórias.

Entrar no cinema e permitir que as luzes se apaguem... Luzes que vão além das lâmpadas da sala de cinema - falo das luzes que iluminam a nossa razão, que posam aqui como a própria realidade. Muitas vezes nos permitimos, por um tempo, não perceber/separar o que é real e o que é fantasia. Ficamos mergulhados em uma cumplicidade que caminha com o olhar da câmera, que se assusta com o barulho do tiro ou chora com o (re)encontro dos apaixonados, tornando indistintos vida e filme, realidade e fantasia, pelo menos por algum tempo. (SILVA, 2016, p. 50)

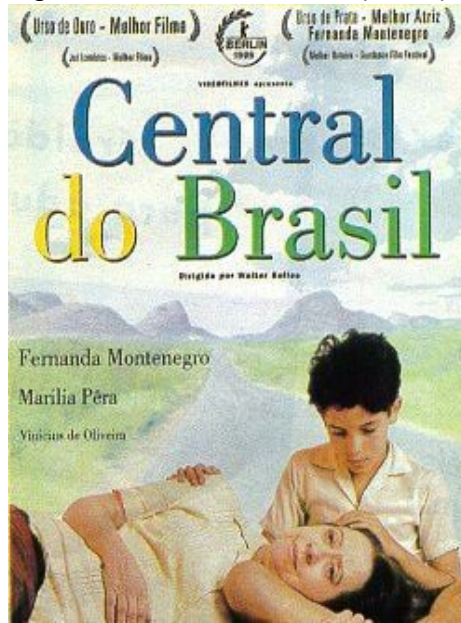
É esse ficar mergulhado em uma cumplicidade que caminha com o olhar da câmera de que cita a autora que defendo o propósito do Filme, de provocar emoções e discussões, de viabilizar um contato entre a narrativa e a vida real de quem o assiste.

Para compreender o contexto social de cada aluno, da comunidade onde cada escola está inserida, se faz necessário um diálogo, e a partir deste diálogo abrir caminhos para o despertar da curiosidade, despertando no aluno a busca pelo conhecimento. Buscar compreender que tipo de mídia o aluno está consumindo, e o que ele gostaria de conhecer, propor o Cinema, a Vídeo Arte, os curtas e longas metragem, para isso existe uma infinidade de obras nacionais a disposição do professor em uma série de gêneros e histórias que podem facilmente contextualizar uma aula.

Isso não caracteriza o Cinema como uma ferramenta pedagógica, não podemos colocá-lo em uma caixa, é sempre importante ressaltar que esta é uma

linguagem independente e se olharmos ela pela lógica da ferramenta, tiramos toda a importância histórica, cultural e política que o filme carrega.

Figura 10: Dora e Josué (1998)



Fonte: [adorocinema](http://adorocinema.com)

No longa-metragem Central do Brasil, de 1998, Dora, uma professora aposentada, interpretada por Fernanda Montenegro, cruza seu caminho com o menino Josué, interpretado por Vinícius de Oliveira. Na emocionante trama que ganhou o mundo, Dora decide ajudar Josué a encontrar o pai que nunca conheceu, no interior do Nordeste, após sua mãe ser vítima de um atropelamento. Durante a viagem ambos criam um vínculo de amizade que emociona e nos transporta para dentro da história.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No primeiro momento a metodologia da presente pesquisa anteriormente consistia em, analisar através de uma entrevista com os professores de Artes de duas (02) escolas públicas estaduais do município de Balneário Rincão, a sua compreensão sobre a Lei 13.006/2014, a importância do filme Nacional na escola, e o papel do professor de Artes no desafio de produzir um planejamento capaz de dar sentido a Lei, introduzindo assim as produções Nacionais em suas aulas.

Mesmo após contato, envio de questões via google forms, não obtive retorno, mesmo assim, não obtendo nenhuma resposta dos professores, vejo isto como um respaldo negativo, dada a atual circunstância da representação do filme em sala de aula, parafraseando novamente Santos e Silva (2012), hoje tão banalizado e secundarizado na escola por consequência de um movimento, do qual o mesmo é visto como objeto para suprir a falta de algum professor, entreter os alunos, ou algum outro motivo supérfluo. Mas essa visão foi se ampliando quando encontro professores de artes que acabam por me dar algum retorno.

Para dar continuidade a minha pesquisa, tive que traçar novos caminhos para alcançar o objetivo do qual me propus na concepção do presente trabalho Cartografias Afetivas: Em Diálogo com o Filme na Escola. E a convite da professora Silemar Maria de Medeiros da Silva, realizamos um projeto de oficina, no Arte na Escola Polo Unesc, do qual a professora é também coordenadora.

A oficina Cinema e Educação, que ocorreu no sábado, dia 04 de Novembro de 2023, teve duração de três (03) horas, e contou com a presença de quatro (04) professores de Artes que fazem parte do programa de formação continuada, além da coordenadora professora Silemar que fez a mediação do encontro junto comigo.

Figura 11: Convite Cinema e Educação



Fonte: Arte na Escola Polo UNESC

No decorrer da oficina que se iniciou com uma conversa informal sobre filmes no geral, os professores se mostraram bastante interessados em compartilhar suas perspectivas sobre o tema, rapidamente eles identificaram as obras que inclui na arte da apresentação, o que os incentivou a indicar obras brasileiras das quais fazem parte de seu repertório, como: O Menino e o Mundo (Abreu, 2013), O Pagador de Promessas (Duarte, 1962), Minha Mãe é Uma Peça (Garcia, Pellenz e Rodrigues, 2013), Carandiru (Babenco, 2003), O Homem que Copiava (Furtado, 2003), Eduardo e Mônica (Sampaio, 2022), A Negação do Brasil (Araújo, 2000), entre outros.

Figura 12: Arte de Apresentação



Fonte: Canva

A conversa seguiu, com pipoca, guaraná, jogos de mímica fazendo alusão aos nomes de grandes filmes brasileiros, e livros dos maiores autores que abordam o Cinema em suas escritas, alguns citados aqui.

Em seguida apresentei um trecho da Lei 13.006 de 2014, para contextualizar o seu significado e importância, realizei a aplicação da minha pesquisa com os professores ali presentes, que assinaram um termo de autorização e responderam a um questionário que deu corpo para a presente escrita.

A primeira pergunta: O que você pensa sobre o Cinema Nacional?, foi respondida com entusiasmo pelos professores.

- Amo! Temos filmes com excelentes roteiros, atores. Grandes produções.

Escreveu a professora que se identificou como Andreza.

- Importante na formação da identidade cultural, repertório com produções de valor inestimável e fundamental como patrimônio cultural Nacional.

Respondeu o professor Martoso, se mostrando um grande entusiasta do Cinema Nacional. Em seguida as professoras Maíra e Isa completam:

- O Cinema Nacional é importante para a nossa cultura, tem uma valiosidade riquíssima em questão do olhar para a sociedade enquanto pessoas em crescimento e evolução. (Maíra)
- O Cinema Nacional é uma pauta que deve ser debatida entre nós professores para levarmos filmes e diferentes repertórios em áudio visual para a sala de aula, buscando assim afirmar a nossa identidade e valorizar o Cinema e as produções Nacionais. (Isa)

As respostas dos professores, ressaltam a potência do filme brasileiro, e o respeito dos docentes em Artes pela linguagem do Cinema.

A pergunta seguinte buscou saber se os professores já tinham conhecimento sobre a Lei 13.006 de 2014. Nessa o grupo se dividiu, enquanto dois dos professores já tinham conhecimento sobre a Lei, os outros dois acabavam de conhecê-la. E isso evidencia que essa questão deveria entrar em pauta em uma reunião pedagógica ou proposta de formação continuada, para que os professores compreendam a relevância da mesma.

Sobre o espaço na escola, questionei se o professor(a) acredita que exista um espaço ideal na a exibição de filmes na escola, e em que espaço acontecem as exibições onde os mesmo atuam. A professora Isa respondeu que:

- Sim, acredito que na escola é necessário um espaço para a exibição de filmes, pois é importante um ambiente equipado e preparado para as práticas pedagógicas e imersão dos alunos no conteúdo.

A professora Maíra diz que:

- Cada região, cada escola, possui a sua realidade, mas as que eu conheço tem sim espaço para a exibição de filmes, com projetor e sala de vídeo. Com os recursos básicos e necessários para esta ação na escola, o professor tem o seu papel em fazer acontecer.

Os professores Martoso e Andreza também contribuem:

- Cada escola tem uma configuração arquitetônica específica, trabalho em quatro lugares distintos. Apenas uma possui um auditório: lugar que facilita a ambientação e fruição da obra cinematográfica. Nas demais, procuro organizar dentro das possibilidades, a ambientação e fruição do Cinema. (Martoso)
- Ideal, talvez não em todos, mas é possível. Nas escolas usamos salas de vídeo, de informática e a própria sala de aula. (Andreza)

Pensar o espaço é fundamental quando elaboramos uma prática artística, uma intervenção, uma aula diferenciada. E se tratando da exibição de filmes isso não é diferente, e sempre será motivo de discussão.

A autora Adriana Fresquet (2017, p. 85) chega a trazer em sua escrita colaborativa, que: “Embora hoje possamos assistir a filmes pela televisão, pela internet e por meio de outros equipamentos de mais fácil acesso, os telões, as salas escuras, um bom equipamento de projeção e de som inexistem na maioria de nossas escolas.” E embora esta seja uma realidade constante, vale ressaltar e sempre enaltecer a disposição dos professores que mesmo perante estes obstáculos conseguem de forma criativa elaborar uma aula significativa a partir da projeção de um filme Nacional.

Outra pergunta foi sobre como os alunos costumam reagir quando a proposta é um filme brasileiro, sobre isto os professores respondem que:

- Alguns gostam, no geral desconhecem. Outros replicam as falas pejorativas sobre o Cinema Nacional. (Andreza)
- Interação de forma satisfatória. Percebo um inicial estranhamento, desconhecimento das obras, mas, o desfecho / roda de conversa / devolutiva, sempre aponta um olhar curioso, atento e de positiva surpresa dos alunos no decorrer da sequência didática voltada a linguagem do Cinema. (Martoso)
- Eles interagem de forma com debate após assistirem os filmes. Dependendo da turma. Algumas crianças gostam e são pouquíssimas, não por ser Nacional, mas sim pelo enredo. (Maíra)
- Filme Nacional não trabalhei ainda em sala de aula. Trabalhei com dois (02) curtas Nacionais, “Tamo Junto” e “Quem tem Cão”. Os alunos se envolveram com a produção, mas fizeram poucas relações com os temas. Deste modo houve dificuldades para debates. (Isa)

Ao todo, todos os quatro (04) professores já trabalharam alguma produção Nacional na sua escola de atuação, algumas experiências com retorno, outras com um pouco mais de dificuldade para gerar debates.

O que vemos em comum entre as quatro ações, além da ligação pela obra ser originalmente brasileira, é o olhar afetivo e cuidadoso que esses professores tiveram ao analisar com atenção o que essa experiência gerou no aluno, afinal é para eles o nosso planejamento.

Remetendo-me a Silva (2016), quando a autora diz, “É esse espectador que faz do cinema um objeto sociocultural e instrumento de aprendizagem”, faço aqui uma alusão a este espectador como sendo o aluno, e não somente o aluno, como também o professor. Pois para um filme chegar até a escola, e estar presente no planejamento, exige antes uma pesquisa de gênero, enredo, faixa etária, vocabulário, o professor precisa assisti-lo, reassisti-lo e conceituar a partir da sua sequência didática.

E foi pensando na sequência didática que apliquei a minha última questão, perguntando-os para que proposta de aula os professores levariam um filme Nacional. Obtive as seguintes respostas:

- Ao falar de Cinema é necessário apresentar os filmes Nacionais, a qualidade que podemos encontrar nas produções brasileiras. Valorizar o que é nosso e mostrar às crianças a importância do Cinema. Podemos visualizar e nos identificar com os lugares, e objetos apresentados. (Maíra)
- Ex. “O Palhaço” com Selton Mello, trabalhei no projeto “Memórias Afetivas”: Identidade visual, linguagens artísticas, culturas populares brasileiras. Sequências didáticas nos estudos do currículo geral e/ou projetos com temáticas específicas. (Martoso)
- Propostas de Stop Motion, curta-metragem, produção de cartazes de filme, flipbook. (Isa)

- Para movimentar vídeo debates sobre o objeto de estudo da turma.
(Andreza)

São inúmeras as possibilidades com o filme Nacional na escola, e estar em contato com esses professores que atuam na etapa da educação básica, praticam a docência em Artes, e tem apropriação para falar sobre a realidade atual do ensino foi de total relevância para esta pesquisa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, Cartografias Afetivas: Em Diálogo com o Filme na Escola, objetivou a partir do olhar dos professores de Artes, que trabalham nas diversas fases da etapa da educação básica, e que fazem parte do Programa de Formação continuada, Arte na Escola - Polo UNESCO, pensar a exibição de Filmes nacionais na escola, a relevância da Lei 13.006/2014, para com esta ação e a problemática da aplicabilidade da mesma.

Através das narrativas propostas aqui, busquei salientar a importância do Cinema pelo Cinema, das obras Nacionais que fomentam a indústria e são repletas de identificação cultural, gêneros plurais e importantes histórias que contemplam a aprendizagem do aluno.

Como consequência revisitar a realidade das escolas, pensando no acesso às obras do Cinema Nacional, o espaço e o planejamento do professor de .

Para isto busquei dialogar com a Base Nacional Comum Curricular (2018), Meira e Pillotto (2010), Frequent (2017), Silveira e Silva (2016), Saviani (2016), Santos e Silva (2012) e Bergala (2008). Além de apresentar alguns clássicos do Cinema Nacional, que ilustram este trabalho.

Não esquecendo da poderosa e generosa contribuição dos professores que participam da formação continuada no programa Arte na Escola Polo Unesc. E estiveram comigo participando da oficina Cinema e Educação, mediada por mim e pela professora coordenadora Silemar Maria de Medeiros da Silva.

Com esta contribuição podemos nos projetar junto a eles, pensando como funciona dentro do contexto da realidade escolar, o que aqui é o ponto principal desta pesquisa, o diálogo com o filme na escola. Quanta riqueza e profundidade em suas falas, e suas formas de pensar o planejamento.

Considerando o problema: **O que os professores de Artes pensam sobre a Lei 13.006 e se esse pensamento dialoga com os direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes.** Entendo que o exercício da busca de respostas aconteceu, não totalmente, mas de forma significativa. Tive alguns problemas com o não retorno da primeira tentativa o que ocasionou um tempo curto para a análise das respostas dos professores que contribuíram com este desafio. Ainda assim, acredito ter respondido a questão problema, embora a evidência dos

direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes ficou por conta da lei, do direito a exibição de duas horas de filmes por mês nas escolas, onde está a garantia deste direito?

9. PROPOSTA DE CURSO

TÍTULO

CINEMA E EDUCAÇÃO

EMENTA

PLANEJAMENTO, CINEMA E LEI 13.006/2014

CARGA HORÁRIA

06 horas

PÚBLICO - ALVO:

Professores da escola estadual do município de Balneário Rincão, E.E.B. Melchiades Bonifacio Espindola.

JUSTIFICATIVA

Ao elaborar esta oficina, trago como objetivo apresentar e discutir a Lei 13.006/2014, e a importância do Cinema na escola com os professores de uma das escolas da rede estadual do município de Balneário Rincão. Para que assim, os professores tenham conhecimento dos direitos de aprendizagem dos alunos na etapa da educação básica, com o filme Nacional.

Neste encontro também pensaremos algumas propostas pedagógicas para a inclusão do filme no planejamento.

O curso proporcionará pensarmos a partir de um olhar sensível, a questão da memória afetiva ligada ao que consumimos na infância, para refletirmos a realidade socioeconômica, cognitiva e as individualidades de cada aluno.

Esta proposta vem de encontro com a concepção do professor/pesquisador que está sempre buscando novas fontes do saber, através das linguagens artísticas.

O curso proposto aqui, visa mostrar que o filme tem potencial de trabalhar o imaginário, a memória afetiva, e a criticidade do aluno. Ainda enquanto

professores devemos sempre manter a nossa inquietação na busca pelo conhecimento, “Satisfeita uma curiosidade, a capacidade de inquietar-me e buscar continua em pé. Não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência”, diz Freire (2002).

E é pensando neste contexto que venho propor este encontro.

OBJETIVOS

Geral

Proporcionar um encontro que pense a formação continuada dos professores que atuam na etapa da educação básica, propiciando o conhecimento sobre a Lei 13.006/2014, e a importância do filme na escola.

Específico

- Contribuir com a formação continuada;
- Divulgar e discutir a Lei 13.006/2014;
- Despertar a atenção dos professores para a importância do Cinema Nacional na Escola;
- Pensar nos direitos de aprendizagem da criança e do adolescente.

METODOLOGIA

O curso Planejamento, Cinema e a Lei 13.006/2014, será dividido em quatro (02) encontros.

Primeiro encontro: Apresentar aos professores, através de um Slide, o texto que se refere a Lei 13.006/2014, pensando seu percurso desde a sua concepção até ser de fato sancionada. Neste primeiro encontro vamos pensar nos objetivos e nos percalços que se resultaram com a criação da Lei. Em uma roda de

conversa pensaremos propostas interdisciplinares para trabalhar o Cinema Nacional na escola.

Segundo encontro: Estimular cada professor a criar um mapa mental, com a citação de filmes nacionais relacionando-os a uma proposta pedagógica. No final, cada professor irá compartilhar o seu filme e a sua proposta.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico crítico do cinema**. Lisboa: Texto&Grafia, 2008. 437 p.

BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema**. Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Tradução: Mônica Costa Netto, Sílvia Pimenta. Rio de Janeiro: Booklink - CINEAD- LISE-FE/UFRJ, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 165 p.

FRESQUET, Adriana (org.). **Cinema e educação: a lei 13.006**: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2017. 215 p. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/10/Cinema-e-eduCa%C3%A7%C3%A3o-a-lei-13.006.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

LULLY | História do Cinema Brasileiro. Roteiro: Luisa Clasen. Curitiba: Canal Brasil, 2017. 1 (30 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c-yuaqjyX3c&t=334s>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MEIRA, Marly Ribeiro; PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte. **ARTE, AFETO E EDUCAÇÃO: a sensibilidade na ação pedagógica**. 12. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. 139 p.

SABADIN, Celso. **A história do cinema para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2018. 192 p.

SANTOS, José Alex Soares; SILVA, Antonio Valricélio Linhares da. A SÉTIMA ARTE COMO FORMAÇÃO ESTÉTICO PEDAGÓGICA: experiência inovadora no âmbito do projeto novos talentos. In: SANTOS, José Alex Soares; SILVA, Antonio Valricélio Linhares da; LUSTOSA, Francisca Geny (org.). **CINEMA E TEATRO: como experiências inovadoras e formativas na educação**. Ceára: Ed Uece, 2012. p. 69-78.

SAVIANI, Dermeval. **EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da base nacional comum curricular**. 4. ed. Niterói: Movimento Revista de Educação, 2016. 84 p.

SILVEIRA, Rosilene Koscianski da; SILVA, Silemar Maria de Medeiros da. **CINEMA, INFÂNCIA E IMAGINAÇÃO: tecendo diálogos**. Chapecó: Argos, 2016. 279 p.